

BOLETIM

CONJUNTURA INDUSTRIAL

SETEMBRO 2011





BOLETIM

CONJUNTURA INDUSTRIAL

SETEMBRO 2011

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Mauro Borges Lemos

Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretora

Clayton Campanhola

Diretor

Rogério Dias de Araújo

Coordenador

Carlos Henrique de Mello Silva

Técnico

Supervisão

Maria Luisa Campos Machado Leal

Equipe Técnica**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**

Rogério Dias de Araújo - *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva - *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

Cláudio Schuller Maciel

Diretor

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti - *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka - *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha - *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso - *Coordenação de Informações*

Marcelo Loural - *Pesquisador*

Samantha Cunha - *Pesquisadora*

Marco Antonio Martins da Rocha - *Pesquisador*

APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004, com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco encontra-se em programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira. A Agência também é parte integrante do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, tendo como responsabilidade não só a articulação e a consolidação de seus programas e ações, como também seu monitoramento.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e desenvolvimento de ações no âmbito da política industrial. Entre eles, o *Boletim de Conjuntura Industrial*, que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O *Boletim de Conjuntura*, com periodicidade trimestral, tem sido desenvolvido em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Nesta edição, a primeira parte do *Boletim* destaca o movimento de desaceleração do crescimento da economia brasileira no segundo trimestre de 2011. Com a análise do comportamento dos distintos componentes da demanda agregada interna, observou-se queda no ritmo de crescimento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo. A redução do Produto Interno Bruto (PIB), porém, foi ainda mais acentuada, principalmente em virtude do aumento da importação de bens e serviços, fato que se traduziu em redução no ritmo de expansão da atividade industrial e do emprego gerado na indústria. Por sua vez, a segunda parte do *Boletim* procura justamente detalhar os impactos do aumento das importações sobre a produção industrial doméstica. Os dados analisados indicam que vários setores industriais brasileiros têm, efetivamente, sentido de maneira direta a perda de espaço para concorrentes importados.

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

CONJUNTURA ECONÔMICA E INDUSTRIAL BRASILEIRA NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2011

O segundo trimestre de 2011 foi marcado pela desaceleração do crescimento da economia brasileira. Segundo dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado elevou-se 0,8% no segundo trimestre, comparado ao primeiro trimestre de 2011, considerando-se o ajuste sazonal (Tabela 1). A queda do ritmo de crescimento fica evidente ao observar-se a variação do produto no primeiro trimestre do ano (1,2%). Tomando como base o mesmo trimestre do ano anterior, também se verificou uma redução do crescimento que atingiu 3,1% no segundo contra 4,2% no primeiro trimestre. Considerando a taxa acumulada em doze meses terminados em junho de 2011, houve aumento de 4,7% do PIB frente à alta de 7,5% em 2010 e de 6,2% no período de doze meses até março de 2011.

Observando-se os componentes da demanda, é possível destacar queda no ritmo de crescimento, acompanhada de alguns sinais preocupantes. Em primeiro lugar, embora de forma individual todos os componentes da demanda interna tenham crescido na análise em relação ao trimestre imediatamente anterior, isso não se refletiu no PIB total. Em grande medida, o crescimento das importações (6,1%) eliminou parte dos ganhos derivados do aumento da demanda interna (Tabela 1). Cotejando informações do segundo trimestre de 2011 com as de igual período de 2010, é possível verificar que a taxa de

crescimento das importações continuou em patamar elevado (14,6%), inclusive aumentando em relação ao observado no primeiro trimestre (13,1%). As exportações também apresentaram aumento, embora tenham atingido uma taxa muito menor do que a das importações no mesmo período. O crescimento das importações vem-se mantendo mais elevado do que o das exportações tanto na comparação com 2010 quanto no acumulado em doze meses.

Outro componente da demanda a apresentar aceleração do crescimento no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado foi a despesa de consumo da administração pública. Tanto o consumo das famílias quanto os investimentos amargaram perda de dinamismo de um trimestre para outro, comparados ao comportamento observado em 2010. Vale destacar, porém, que, embora o crescimento trimestral da formação bruta de capital fixo tenha-se mantido superior ao crescimento do consumo, a diferença entre as duas taxas reduziu-se bastante do primeiro para o segundo trimestre deste ano, se comparados a iguais períodos de 2010.

Tabela 1 - Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (I/2011 e II/2011) (em %)

	Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior		Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior(*)		Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres	
	I/2011	II/2011	I/2011	II/2011	I/2011	II/2011
Agropecuária	3,0	(0,1)	3,1	0,0	5,8	2,6
Indústria	2,2	0,2	3,5	1,7	7,4	4,4
Extrativa Mineral	-	-	4,0	2,7	12,9	9,3
Transformação	-	-	2,4	1,2	6,4	3,3
Construção Civil	-	-	5,2	2,1	9,2	5,7
Eletricidade, gás e água	-	-	4,9	3,4	6,9	5,3
Serviços	0,7	0,8	4,0	3,4	4,9	4,2
PIB a preço básico	1,3	0,7	3,8	2,7	5,6	4,1
PIB a preços de mercado	1,2	0,8	4,2	3,1	6,2	4,7
Despesa de consumo das famílias	0,7	1,0	5,9	5,5	6,4	6,2
Despesa de consumo da administração pública	0,9	1,2	2,1	2,5	3,2	2,4
Formação bruta de capital fixo	1,0	1,7	8,8	5,9	17,1	11,9
Exportação de bens e serviços	(3,1)	2,3	4,3	6,0	9,2	8,8
Importação de bens e serviços (-)	(1,4)	6,1	13,1	14,6	29,2	23,2

(*) Com ajuste sazonal.

Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 2º trimestre de 2011 são preliminares.

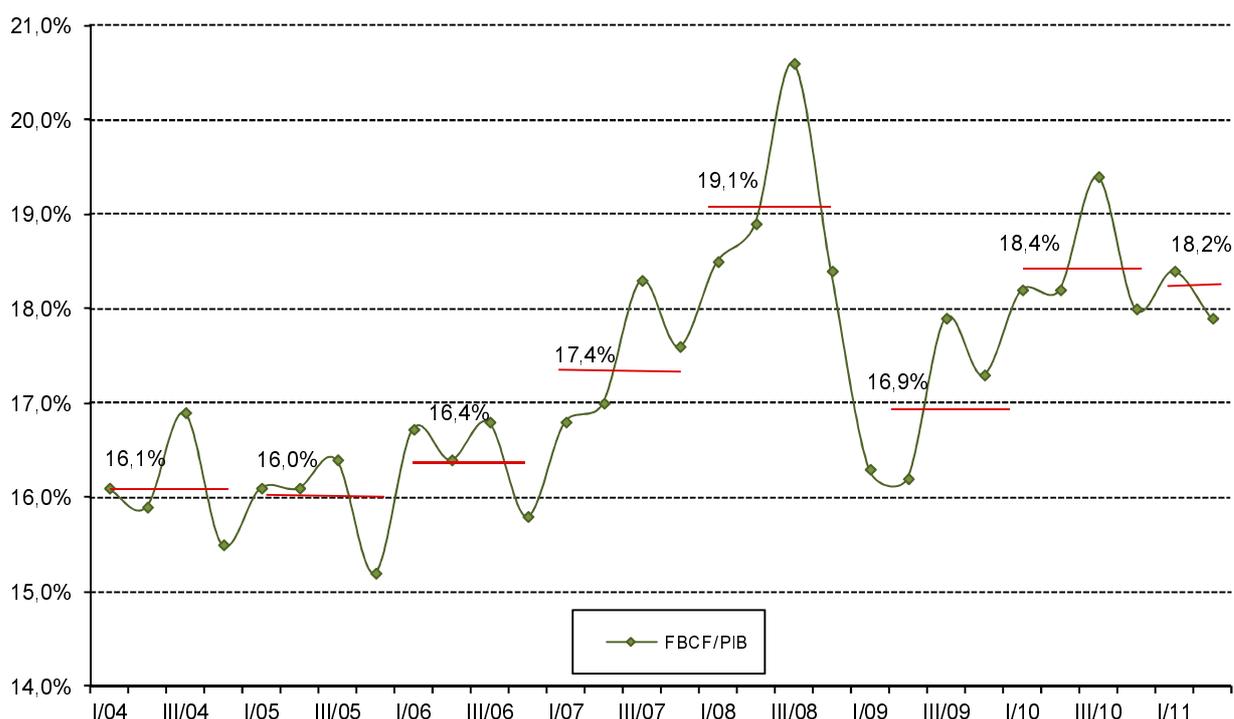
Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

Detalhando o comportamento das atividades econômicas, observou-se inclusive a desaceleração do crescimento da indústria brasileira no segundo trimestre de 2011 com relação ao trimestre imediatamente anterior (para 0,2%), sendo apenas superada pela atividade de serviços (0,8%), enquanto a agropecuária amargou uma pequena contração (-0,1%) no mesmo período (Tabela 1). A generalização da perda de ritmo de crescimento das distintas atividades também aparece quando se comparam os dados dos dois primeiros trimestres de 2011 com relação aos mesmos períodos de 2010. Houve desaceleração do crescimento da indústria (para 1,7%), enquanto a atividade agropecuária manteve-se estagnada no segundo trimestre de 2011 frente a igual período de 2010. Somente a atividade de serviços, menos exposta à concorrência internacional, conseguiu manter uma taxa mais elevada, embora modesta, no mesmo período. Observa-se que, apesar da demanda interna

mostrar ainda certo dinamismo, a compra de bens produzidos externamente parece estar deslocando a produção nacional que vem sofrendo tanto com o acirramento da competição internacional quanto com a valorização cambial.

Ademais, a redução no ritmo dos investimentos é um sinal preocupante. Registrou-se queda da taxa de investimento para 17,9% no segundo trimestre de 2011, inferior ao patamar médio de 2010 (18,4%) e longe da taxa desejada para viabilizar o crescimento sustentável da economia brasileira (Gráfico 1). O afrouxamento da política de juros elevados, entretanto, além das medidas do Plano Brasil Maior, são fatores novos que poderão afetar positivamente os investimentos nos próximos períodos, contribuindo para um comportamento mais virtuoso da economia e da indústria brasileira.

**Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Investimento
(I/2004 a II/2011) (em %)**



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

A redução no ritmo de atividade industrial pode ser confirmada pelos dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE). A análise desses dados mostra que a produção da indústria brasileira manteve a trajetória de desaceleração de seu crescimento no acumulado dos últimos quatro trimestres terminados em junho de 2011, apresentando uma variação de 6,8% na indústria extrativa, de 3,5% na de transformação e de 3,7% na indústria geral (Tabela 2). Na comparação de dados do segundo trimestre de 2011 com os de igual período de 2010, confirmou-se a desaceleração do aumento da produção física da indústria brasileira (para 0,7%), acompanhando o comportamento da indústria de transformação (0,6%). A indústria extrativa, mesmo se beneficiando do desempenho positivo dos preços internacionais de seus produtos, também sofreu com a perda de ímpeto da expansão de sua produção física no segundo trimestre do ano (para 2,8%), embora ainda tenha apresentado crescimento relativamente

mais elevado do que o da indústria de transformação.

Destaca-se, outrossim, a deterioração do desempenho marginal da produção física da indústria de transformação e, em decorrência, da indústria geral a qual voltou a se contrair no segundo trimestre comparado ao primeiro trimestre de 2011, com ajuste sazonal. Tanto a indústria de transformação quanto a geral sofreram encolhimento de sua produção física (respectivamente -0,9% e -0,7%). Os dados de produção da indústria geral referentes ao mês de julho de 2011 mostram redução em relação ao mesmo mês do ano passado, mas com ligeira elevação quanto ao mês imediatamente anterior, feito o ajuste sazonal. Dessa forma, os últimos dados disponíveis de variação mensal da produção industrial brasileira confirmam as dificuldades de sustentação de seu crescimento.

Tabela 2 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (III/2010 a II/2011) (em %)

Atividades	III 2010	IV 2010	I 2011	II 2011
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres				
Indústria Geral	11,2	10,5	6,9	3,7
Indústria Extrativa	11,6	13,4	9,6	6,8
Indústria de Transformação	11,2	10,3	6,7	3,5
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior				
Indústria Geral	8,0	3,3	2,6	0,7
Indústria Extrativa	11,4	10,2	3,3	2,8
Indústria de Transformação	7,8	2,9	2,6	0,6
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)				
Indústria Geral	(0,5)	0,0	2,0	(0,7)
Indústria Extrativa	2,2	0,5	(1,4)	1,5
Indústria de Transformação	(0,6)	0,0	2,2	(0,9)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

Considerando as informações por categoria de uso, destaca-se a retração observada na produção dos bens de consumo (Tabela 3). A produção física dos bens de consumo duráveis apresentou queda tanto na comparação do segundo trimestre de 2011 com o mesmo trimestre de 2010 (-1,0%), quanto na comparação do segundo em relação ao primeiro trimestre de 2011 (-6,2%), realizado o ajuste sazonal. Tal desempenho eliminou, de forma bastante evidente, o comportamento positivo apresentado no primeiro trimestre do ano corrente. O dado do último mês disponível (julho) mostrou elevação marginal da produção dos bens duráveis frente a junho de 2011 (2,9%) com ajuste sazonal. O desempenho mensal positivo, no entanto, não conseguiu compensar a expressiva redução da produção de duráveis em abril com relação a março de 2011 (-10%), que liderou o comportamento descendente apresentado no segundo trimestre do ano. Somente nos dois últimos meses de 2008, no contexto de crise mundial, havia sido observada uma queda mensal de tamanha magnitude na produção de duráveis. (PIM-PF/IBGE).

A produção física dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis também apresentou retração no segundo trimestre de 2011. Houve redução na comparação tanto com o mesmo período de 2010 (-0,3%) quanto com o primeiro trimestre de 2011 (-1,2%), em série livre de efeitos sazonais. Com isso, a taxa de variação

acumulada em doze meses, terminados em junho de 2011, mostrou crescimento de apenas 1,7%. Com base nos últimos dados mensais disponíveis (julho), notou-se expansão da produção física de bens semiduráveis e não duráveis com relação ao mês de junho (3,8%). Em tal caso, inclusive, não se logrou compensar o comportamento marginal negativo apresentado em abril com relação a março (-2,1%) e em junho com relação a maio (-3,0%), em série livre de efeitos sazonais (PIM-PF/IBGE).

O desempenho negativo da produção de bens de consumo chama a atenção, considerando que o consumo das famílias, embora tenha desacelerado, continuou apresentando um desempenho razoável no trimestre analisado. Nesse contexto, o descompasso entre os gastos de consumo doméstico e a produção industrial de bens de consumo pode estar associado tanto a um ajuste voltado para reduzir o nível dos estoques quanto a um aumento da concorrência com produtos importados. A análise do crescimento e do patamar de suas importações corrobora o predomínio do segundo efeito¹.

¹ A segunda parte deste boletim trata da questão analisada de maneira mais sistemática.

Tabela 3 - Taxa de Variação da Produção Industrial por Categorias de Uso (III/2010 a II/2011) (em %)

Categorias de uso	III 2010	IV 2010	I 2011	II 2011
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres				
Bens de capital	18,2	20,9	16,6	10,0
Bens intermediários	12,3	11,4	7,3	3,7
Bens de consumo duráveis	16,3	10,3	5,5	1,9
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	5,5	5,3	3,3	1,7
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior				
Bens de capital	21,3	7,1	8,6	4,5
Bens intermediários	8,7	3,9	1,9	0,5
Bens de consumo duráveis	2,4	1,5	5,1	(1,0)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	4,7	1,6	0,7	(0,3)
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)				
Bens de capital	(1,3)	0,5	4,8	0,3
Bens intermediários	(0,5)	0,0	0,9	0,2
Bens de consumo duráveis	(1,3)	1,5	5,3	(6,2)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,1	(0,2)	1,0	(1,2)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

A produção de bens intermediários também apresentou movimento de desaceleração no acumulado em quatro trimestres até junho de 2011 (para 3,7%) (Tabela 3). Na comparação do segundo trimestre de 2011 com o mesmo trimestre de 2010, observou-se modesta elevação da produção de bens intermediários (0,5%). Ademais, os bens intermediários mostraram, ainda, tímida expansão de sua produção no segundo comparado ao primeiro trimestre do ano (0,2%) e revelaram perda de dinamismo quanto ao crescimento observado no primeiro trimestre deste ano, comparado ao último do ano passado (0,9%), sempre considerando o ajuste sazonal. Com base nos dados mensais, observou-se a repetição do comportamento negativo da produção de bens intermediários no mês de julho em relação a junho de 2011 (-0,7%), seguindo o encolhimento observado em abril comparado a março (-0,7%) e em junho comparado a maio de 2011 (-1,6%), com ajuste sazonal (PIM-PF/IBGE). Os bens intermediários têm enfrentado as dificuldades tanto de recuperação da demanda externa por insumos básicos e produtos primários, apesar da manutenção do importante estímulo da demanda chinesa, quanto de sustentação da demanda interna, que funcionou como um estímulo adicional à produção intermediária brasileira no momento de retomada pós-crise.

Finalmente, notou-se, ainda, claro movimento de desaceleração da expansão da produção de bens de capital. Mesmo que os bens de capital tenham-se destacado dentre as categorias de uso na comparação com dados de produção do ano passado, não se pode deixar de mencionar a concretização da desaceleração sofrida por sua produção física no segundo trimestre de 2011. Com relação ao mesmo período de 2010, a taxa de crescimento foi de 4,5% no segundo trimestre de 2011, patamar bastante inferior aos 8,6% observados no primeiro trimestre do ano corrente, comparado ao mesmo trimestre do ano passado. Além disso, a produção de bens de capital atingiu uma inexpressiva ampliação marginal no segundo em relação ao primeiro trimestre de 2011 (0,3%), depois de ter apresentado um ainda relevante crescimento no primeiro trimestre do ano corrente, comparado ao último trimestre de 2010 (4,8%), com ajuste sazonal. Observando os dados mensais, o último dado disponível referente ao mês de julho revelou um crescimento da produção de bens de capital na comparação com o mês de junho de 2011 (1,7%), com ajuste sazonal. Esse comportamento permitiu recuperação apenas parcial das perdas sofridas no mês de abril em relação a março (-4,5%), bem como no mês de junho em relação a maio (-0,7%) (PIM-PF/IBGE). Apesar do movimento de desaceleração, deve-se destacar que o crescimento da produção de bens de capital ainda é expressivo em termos da taxa acumulada nos últimos doze meses terminados em

junho de 2011 (10%), além de ter atingido índice superior ao das demais categorias de uso no mesmo período.

Os dados referentes aos bens de capital reforçam, portanto, a preocupação com a desaceleração sofrida por sua produção física, que tem refletido as dificuldades enfrentadas pelos investimentos, especialmente públicos, bem como a elevação da concorrência de produtos importados, que passaram a disputar o mercado interno com a produção doméstica em contexto de juros elevados e câmbio valorizado.

Detalhando a evolução da produção física por atividade industrial, é possível verificar que, dentre os 27 setores analisados pela PIM-PF/IBGE, a maioria (14) sofreu redução de produção física no segundo trimestre, incluindo muitos setores industriais (8) que reverteram o prévio comportamento de crescimento e tantos outros (5) que aceleraram a contração já evidente no primeiro trimestre do ano. Somente um (1) setor conseguiu reduzir o encolhimento de sua produção, mas, mesmo assim, ainda manteve variação negativa no período analisado. Alguns setores industriais (13) conseguiram apresentar elevação da produção física no mesmo período. Dentre os últimos, encontram-se os que, todavia, sofreram desaceleração do crescimento da produção (6), assim como outros que, positivamente, vivenciaram reversão de desempenho previamente negativo (3) ou intensificação da expansão de sua produção (4). Poucos foram, portanto, os setores industriais brasileiros que conseguiram efetivamente apresentar uma expansão consistente de sua produção física no segundo trimestre do ano corrente, comparado ao mesmo período do ano passado.

Os setores industriais que apresentaram as taxas mais expressivas de crescimento da produção física no período citado foram os seguintes: fumo (18,4%); equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos (16,8%); outros equipamentos de transporte (11,7%); farmacêutica (8,6%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (6,4%). O primeiro deles logrou compensar a contração da produção observada no trimestre anterior e os dois últimos conseguiram, de fato, acelerar o crescimento da produção verificado no início do ano. Por sua vez, os setores de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos e de equipamentos de transporte sofreram com a desaceleração de sua produção física apontada também para outros relevantes setores da indústria brasileira, como veículos automotores e setores da indústria extrativa. A produção de máquinas e equipamentos, que apresentara forte recuperação no período de retomada (2010),

sofreu encolhimento no segundo trimestre do ano corrente, comparada ao mesmo período do ano passado, inclusive por conta de sua vigorosa expansão no trimestre que serviu como referência de análise (II/2010).

Ao comparar-se o segundo com o primeiro trimestre de 2011, eliminando as influências sazonais, constatou-se crescimento marginal, embora reduzido, em somente oito setores industriais da pesquisa do IBGE. Dentre eles, os únicos que apresentaram um crescimento marginal significativo foram o setor de fumo (25,4%), mais do que recuperando a perda de produção do primeiro trimestre, e o de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (6,6%), confirmando a vigorosa expansão do primeiro trimestre. Os demais setores industriais incluídos na pesquisa (17) sofreram com a retração de sua produção física no período citado.

Assim sendo, os dados de produção por atividade industrial para o segundo trimestre do ano corrente confirmam a preocupante desaceleração para a maioria dos setores industriais. Alguns setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que haviam inclusive conseguido manter a liderança do crescimento industrial observado no momento de retomada pós-crise mundial (2010), acabaram evidenciando a recente perda de dinamismo da indústria brasileira. A adoção de medidas de restrição ao crédito e a valorização cambial em cenário de acirramento da concorrência internacional, bem como a concretização de cortes orçamentários com efeitos deletérios sobre investimentos públicos, acabaram contribuindo para a desaceleração do crescimento da indústria brasileira (*Boletim de Conjuntura Industrial*, junho de 2011). Nesse contexto, a reativação dos investimentos e um maior aproveitamento da demanda interna tornam-se requisitos fundamentais à recuperação de perspectivas positivas para a indústria brasileira a partir do segundo semestre de 2011.

O emprego industrial também mostrou sinais de desaceleração no período analisado. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE)², houve criação líquida de postos de trabalho no segundo trimestre de 2011 (117 mil), porém em patamar inferior ao observado no primeiro tri-

² O CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, assim, cobertura censitária, enquanto a PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com cinco funcionários ou mais. Assim, podem ser encontradas tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

mestre do ano (128 mil) (Tabela 4). De abril a junho de 2011, os setores industriais que lideraram as contratações líquidas (subtraídos os desligamentos) foram os seguintes: fabricação de produtos alimentícios (criação de mais de 29 mil vagas) e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (mais de 21 mil vagas), com menor contribuição, mesmo que ainda relevante, da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (8,5 mil vagas). Este último setor, no entanto, perdeu dinamismo na criação líquida de vagas com relação ao primeiro trimestre do ano (-28,3%), movimento observado em vários setores industriais, que geraram emprego formal, mas em ritmo muito menor do que no primeiro trimestre, como outros equipamentos de transporte (-77,6%), máquinas aparelhos e materiais elétricos (-76,6%), máquinas e equipamentos (-69,8%), vestuário e acessórios (-30,4%). Os setores que sofreram contração de emprego formal no mesmo período foram os seguintes: preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-4 mil vagas) e fabricação de produtos têxteis (-1,3 mil vagas) (CAGED/MTE). A desaceleração ou a contração do emprego industrial, portanto, parece ter afetado de forma intensa os setores que têm enfrentado a acirrada concorrência de

produtos importados e maiores dificuldades para incrementar suas vendas externas.

Observando um período de tempo mais longo, a desaceleração na geração de emprego formal pela indústria brasileira torna-se mais evidente. Comparando o primeiro semestre de 2011 (criação de 245 mil vagas) com o mesmo período pré-crise de 2008 (criação de 320 mil vagas) e de retomada em 2010 (criação de 385 mil vagas), notou-se a expressiva desaceleração na criação líquida de postos de trabalho pela indústria brasileira (respectivamente -23% e -36%). Somente se destaca a criação de emprego industrial no primeiro semestre de 2011, quando o período de comparação encontra-se no primeiro semestre de 2009, em meio ao cenário adverso da crise econômica mundial (Tabela 4).

A geração líquida de vagas no primeiro semestre de 2011 agregou 3,2% ao estoque do emprego industrial do final de 2010, patamar inferior ao aumento de 5,4% dado pela criação líquida de vagas no primeiro semestre de 2010 sobre o estoque do emprego formal da indústria brasileira do final de 2009. Mesmo considerando as infladas bases de comparação de 2008 e de 2010, não se deve deixar de destacar a perda de fôlego na criação de emprego formal que, também, passou a emitir sinais preocupantes para o desempenho futuro da indústria brasileira.

Tabela 4 - Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2008 a II/2011)

Ano	Criação de Vagas				Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2008	153.090	167.668	193.793	-348.295	69.627	63.471	67.494	-372.616
2009	-146.761	2.578	203.323	-52.009	-308.501	-153.828	37.893	-105.773
2010	199.187	186.139	203.873	-111.408	104.290	76.794	92.038	-147.372
2011	127.798	117.211	-	-	46.400	41.794	-	-

*Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

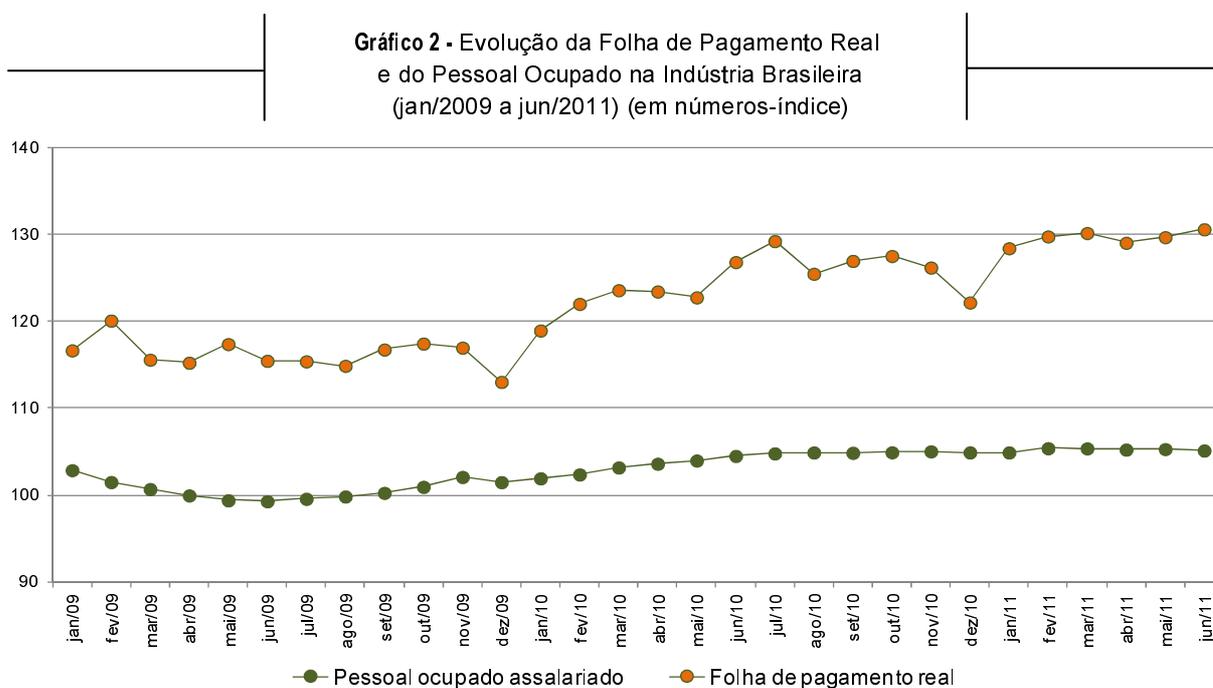
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

Verificou-se um saldo positivo de quase R\$ 42 milhões na massa salarial líquida (massa salarial dos admitidos menos a dos desligados) dos trabalhadores da indústria no segundo trimestre de 2011, reafirmando o ganho observado também no primeiro trimestre do ano corrente (R\$ 46 milhões), mas sem conseguir recuperar a significativa perda de massa salarial líquida ocorrida no último trimestre de 2010 (Tabela 4). Ao confirmar-se o movimento verificado no pri-

meiro trimestre do ano, a desaceleração do crescimento da massa salarial foi mais vigorosa do que a da criação líquida de vagas, indicando a contratação de trabalhadores com salários relativamente inferiores. A elevação da massa salarial líquida no segundo trimestre de 2011 representou 54% da elevação em igual período de 2010, enquanto a proporção manteve-se em 63% na criação de vagas na indústria brasileira.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE) indicam estagnação no número de pessoas ocupadas na indústria brasileira no segundo trimestre comparado ao primeiro trimestre de 2011, em série com ajuste sazonal, e uma modesta variação positiva de 1,1% com relação ao segundo trimestre de 2010. O número de pessoas ocupadas na indústria brasileira cresceu ao longo de 2010, considerando a sazonalidade, porém

seguiu uma trajetória de relativa estabilidade, com pequena variação, no primeiro semestre de 2011 (Gráfico 2). Por sua vez, os dados da PIMES, que haviam mostrado a importante elevação da folha de pagamento real ao longo de 2010, passaram a evidenciar pequena expansão no primeiro semestre de 2011, depois de uma queda no último mês de 2010, na série com ajuste sazonal.



Nota: Janeiro/2001 = 100.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)/IBGE.

Sendo assim, os dados do CAGED/MTE e da PIMES/IBGE indicaram desaceleração do crescimento do emprego industrial no segundo trimestre de 2011. Confirmou-se a superioridade da contração do ritmo de crescimento da massa salarial comparada à perda de dinamismo na criação de postos de trabalho, indicando a contratação de trabalhadores com salários relativamente mais baixos, como já havia sido levantado no último boletim (*Boletim de Conjuntura Industrial*, junho de 2011).

O conjunto de dados e de informações analisados evidenciou o movimento de desaceleração da economia brasileira. A indústria brasileira continuou enfrentando a perda de ímpeto do crescimento de sua produção na comparação com o ano passado, apresentando inclusive redução marginal no segundo ante o primeiro trimestre do ano corrente. O ritmo mais lento da geração de emprego formal acompanhou o movimento da produção industrial no período analisado. O movimento de desaceleração veio

acompanhado de alguns sinais preocupantes, destacando-se a diminuição da taxa de investimentos e o grande aumento das importações.

É importante ressaltar, porém, que a maior parte dos dados analisados não reflete ainda um conjunto de informações que podem alterar, de forma significativa, o cenário para os próximos períodos. Por um lado, o cenário internacional parece apontar para um período mais longo de estagnação nas economias centrais, o que se tem refletido na redução das previsões de crescimento da economia mundial para os próximos anos. De outro, o Plano Brasil Maior, apresentado em agosto de 2011, trouxe um conjunto de incentivos aos investimentos, à inovação, ao comércio exterior e à defesa do mercado interno, que poderão acarretar efeitos positivos, ajudando a reverter o atual cenário de redução do ritmo da atividade industrial. Finalmente, a sinalização da redução de juros pelo Banco Central poderá consolidar uma nova combinação de câmbio e juros mais favorável à atividade industrial e ao investimento produtivo.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO E IMPACTOS DO AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O comércio externo brasileiro conseguiu sustentar um expressivo saldo positivo no segundo trimestre, apesar de ter sido afetado por uma vigorosa expansão das importações. O superávit comercial brasileiro foi de US\$ 9,8 bilhões no segundo trimestre de 2011 (FUNCEX). Tal valor concretizou importante crescimento do saldo comercial frente ao mesmo período do ano passado, como resultado da superioridade do comportamento ascendente das exportações (34,3%) comparado ao crescimento das importações (33,3%) no mesmo período.

A elevação dos preços dos produtos exportados (29,0%) continuou alavancando o aumento do valor das exportações brasileiras no segundo trimestre de 2011 frente ao mesmo trimestre de 2010, com menor participação das quantidades exportadas (4,1%). Comparando o comportamento das exportações realizadas no segundo com as do primeiro trimestre do ano corrente, observa-se que o crescimento das exportações (30,9%) foi liderado pela expansão das quantidades exportadas (21,3%), com menor participação dos preços de exportação (8,0%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxas de Variação das Exportações por Fator Agregado e das Importações por Categoria de Uso (em %)

Fluxo	Categoria	2o trim. -2011 / 2o trim. -2010			2o trim. -2011 / 1o trim. -2011		
		Valor	Preço	Quantum	Valor	Preço	Quantum
Exportações	Total	34,3	29,0	4,1	30,9	8,0	21,3
	Básicos	43,7	44,2	(0,1)	46,3	10,3	32,7
	Semimanufaturados	30,4	22,1	7,0	21,0	6,9	13,4
	Manufaturados	23,1	15,0	7,1	16,9	3,9	12,5
Importações	Total	33,3	16,1	14,9	19,1	7,1	11,3
	Bens de Capital	31,1	4,7	25,1	16,1	1,6	14,4
	Intermediários	27,5	14,9	11,0	13,8	6,6	6,8
	Consumo Duráveis	40,3	6,2	31,5	14,1	4,9	8,7
	Consumo Não Duráveis	30,1	10,3	17,8	2,6	2,8	0,0
	Combustíveis	53,3	42,4	8,6	56,1	16,2	35,3

Fonte: FUNCEX.

Detalhando os dados de exportação por fator agregado, observa-se que o comportamento das exportações brasileiras no segundo trimestre de

2011 em relação ao mesmo período de 2010 foi influenciado, especialmente, pela elevação das vendas externas de produtos básicos (43,7%) e

de semimanufaturados (30,4%), com significativa contribuição do aumento dos preços de exportação nos dois casos, impulsionados pela sustentação da demanda asiática. Considerando um período de tempo mais longo, ou seja, fazendo um paralelo do primeiro semestre de 2011 com o mesmo período de 2008, antes da eclosão da crise, nota-se que as vendas externas de produtos básicos e semimanufaturados tiveram vigorosa elevação de 75,5% e 32,6%, respectivamente, com grande influência do movimento de preços (FUNCEX). Por sua vez, as exportações de manufaturados ainda acumulam contração no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2008 (-1,5%), por conta, principalmente, da queda do *quantum* exportado (-16,3%). A análise do comportamento marginal das exportações por fator agregado no segundo comparado ao primeiro trimestre do ano corrente aponta para uma tendência similar nos três grupos: crescimento das vendas externas estimulado pela elevação das quantidades exportadas (Tabela 1). Isso significa importante diferença com relação ao comportamento observado em trimestres anteriores, quando as exportações foram primordialmente influenciadas pela elevação de preços.

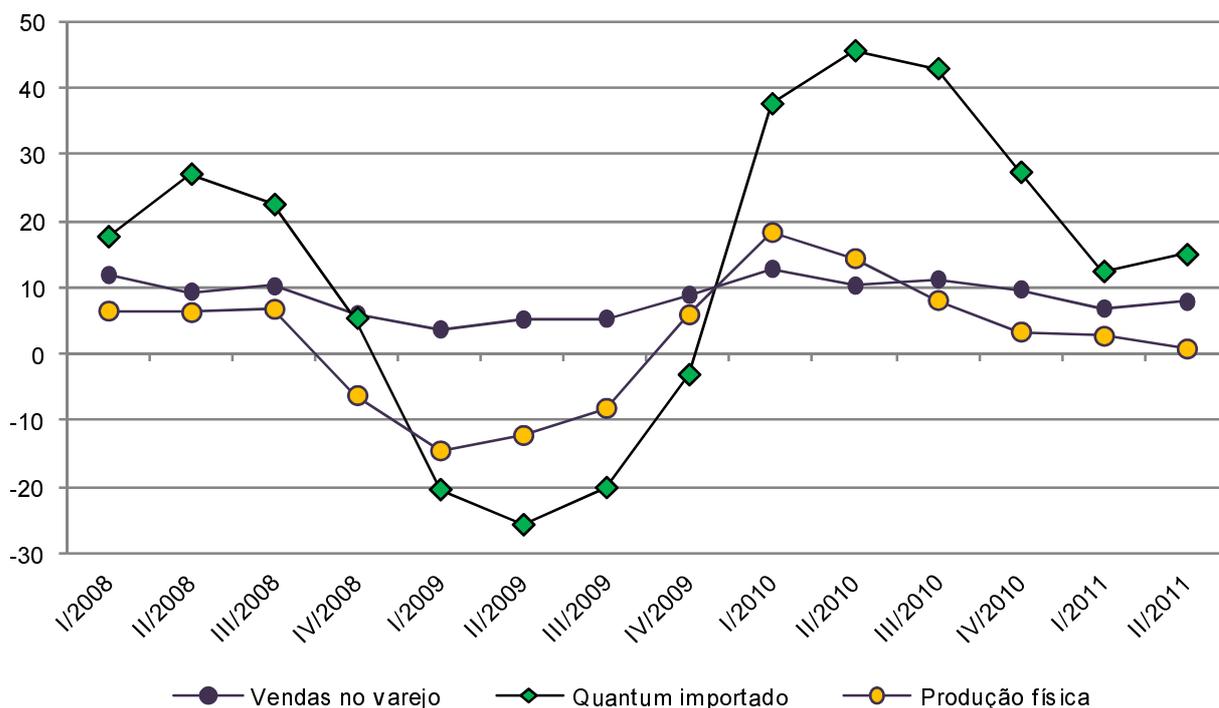
O que mais tem chamado atenção, no entanto, é o comportamento das importações. Como foi observado na primeira parte deste boletim, mesmo com a desaceleração da economia em geral e da produção industrial em particular, as importações continuaram em patamar elevado, apresentando taxas de crescimento consideráveis. No segundo trimestre de 2011, o crescimento do valor das importações (33,3%) foi influenciado pela elevação tanto dos preços (16,1%) quanto das quantidades importadas (14,9%). No caso das importações, o incremento marginal do segundo trimestre (19,1%) foi alavancado pelo *quantum* importado (11,3%), com peso mais modesto dos preços de importação (7,1%) (Tabela 1). Diante de tal cenário, cabe

investigar a contribuição efetiva do aumento das importações para a desaceleração das taxas de crescimento e, conseqüentemente, para o deslocamento da produção industrial doméstica no período recente.

Nesse contexto, vale destacar a intensificação da concorrência internacional depois da eclosão da crise no final de 2008, que acompanhou a estagnação da demanda por produtos industriais por parte dos países desenvolvidos e o aumento da oferta de produtos asiáticos, principalmente chineses, produzidos a custos relativamente baixos. Ademais, o grupo de países emergentes, entre eles o Brasil, conseguiu recuperar sua demanda doméstica de maneira mais robusta e tem, assim, enfrentado a crescente pressão competitiva. Somam-se as medidas adotadas pelos países centrais para enfrentar a crise financeira com manutenção de juros reduzidos e liquidez elevada, favorecendo a entrada de capitais e a valorização da moeda brasileira e contribuindo para aumentar ainda mais a concorrência de produtos importados. Desse modo, com as importações baratas em virtude do acirramento da concorrência de produtos asiáticos e do câmbio valorizado, parte importante do aumento da demanda interna associado à retomada do crescimento econômico tem-se voltado ao consumo de produtos importados.

Uma primeira indicação do processo deriva da comparação da evolução das vendas no varejo, do *quantum* importado e da produção física da indústria brasileira (Gráfico 1). Do segundo trimestre de 2009 até o primeiro trimestre de 2010, as vendas no varejo, as importações e a produção industrial apresentaram trajetórias de recuperação. Em tal período, as importações cresceram a taxas mais elevadas, até pelo fato de terem apresentado maior contração no período agudo da crise.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução das Taxas de Crescimento das Vendas no Varejo, do *Quantum* Importado e da Produção Física (I/2008 a II/2011) (em %)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de dados da PIM-PF/IBGE, PMC/IBGE e FUNCEX.

A partir do segundo trimestre de 2010, porém, a produção industrial passou a apresentar uma tendência de redução no ritmo de crescimento muito mais acentuada do que a verificada nas vendas no varejo. Por outro lado, as importações também mostraram tendência de queda, mas permaneceram crescendo bastante acima das demais variáveis. No segundo trimestre de 2011, as importações voltaram a apresentar tendência de crescimento (14,9%), ao passo que o crescimento das vendas no varejo estabilizou-se em patamar ainda relativamente elevado (7,8%) e a produção industrial continuou em sua trajetória de desaceleração (0,7%), ou seja, evidenciou-se o processo de deslocamento da produção doméstica pelas importações no segundo trimestre de 2011.

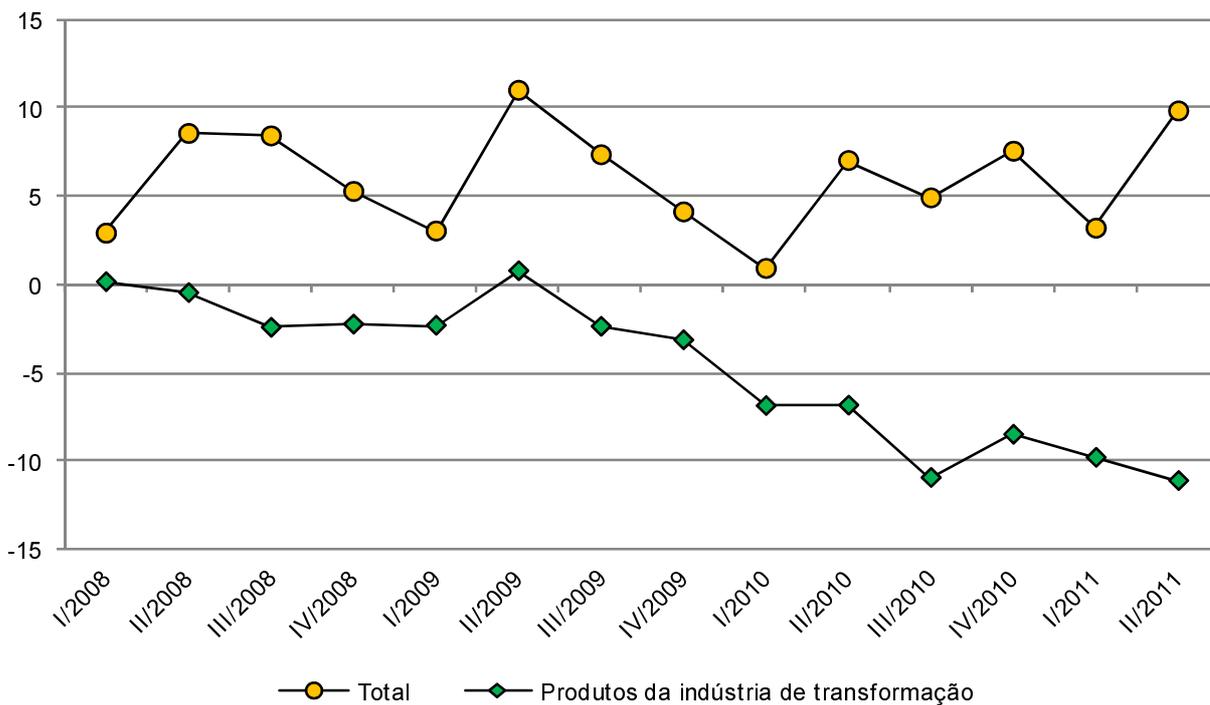
Outro indicador importante diz respeito ao saldo comercial de produtos industriais³. A balança comercial brasileira apresentou um saldo superavitário no período analisado, apesar da superioridade do crescimento das importações em relação ao incremento das exportações. Analisando de modo específico o comércio

externo da indústria de transformação, o resultado mostra-se crescentemente deficitário, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2009 (Gráfico 2). Embora o superávit comercial brasileiro tenha apresentado crescimento no segundo trimestre de 2011, houve aumento do déficit dos produtos industrializados, mostrando que o resultado positivo da balança comercial brasileira advém primordialmente das exportações de *commodities*. Nota-se que no período de crise, houve redução do déficit comercial da indústria de transformação e até mesmo um pequeno superávit no segundo trimestre de 2009, o que não ocorreu no período de desaceleração do primeiro semestre de 2011. A questão da concorrência dos produtos importados pode ser mascarada pela totalidade do superávit comercial brasileiro, mas se revela de maneira bastante clara quando o resultado comercial da indústria de transformação é analisado separadamente.

No mesmo sentido, analisando a evolução dos coeficientes de importação, isto é, a relação entre importações e consumo interno, divulgados pela FIESP, percebe-se claramente seu aumento desde a crise de 2009, passando de menos de 17% no segundo trimestre de 2009 para quase 23% no segundo trimestre de 2011, quando atingiu o patamar mais elevado do período analisado (Gráfico 3).

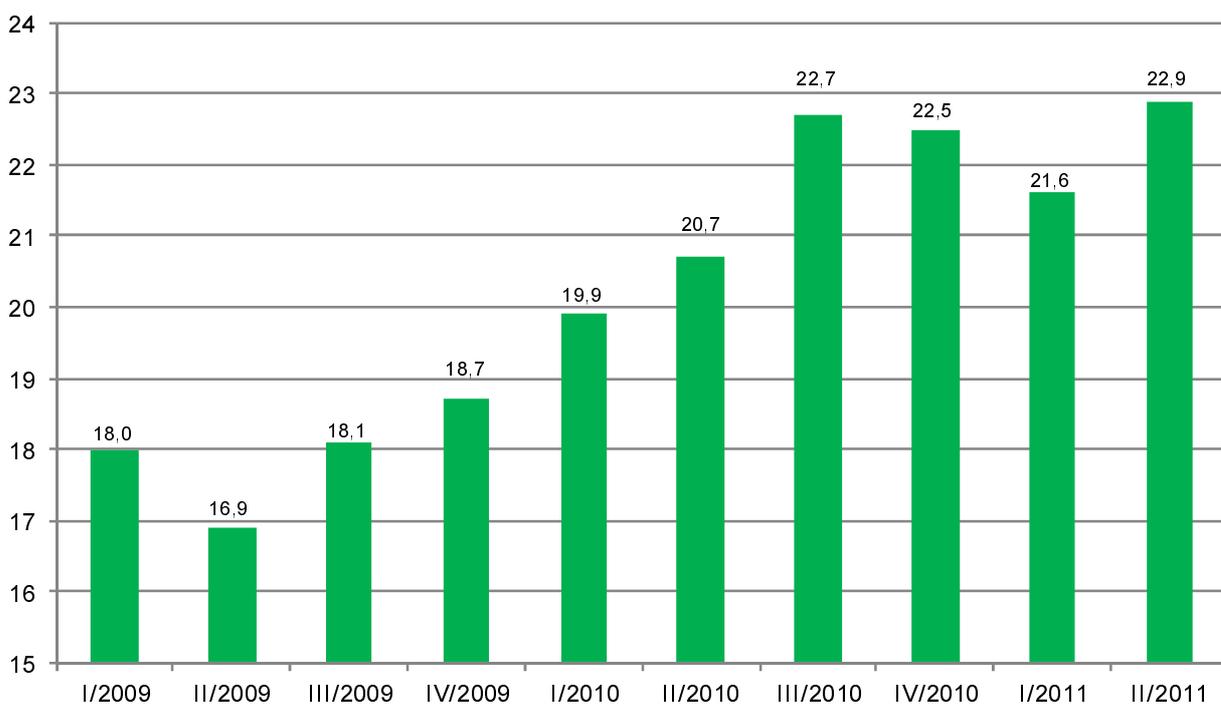
³ A definição de produto da indústria de transformação segue a classificação CNAE 2.0, com conversão realizada a partir dos dados de comércio, com NCM a oito dígitos.

Gráfico 2 - Saldo da Balança Comercial Brasileira – Total e Indústria de Transformação (I/2008 a II/2011) (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de dados da Secex.

Gráfico 3 - Evolução do Coeficiente de Importação da Indústria Brasileira (I/2009 a II/2011)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de Fiesp (2011).

Uma análise mais detalhada das importações industriais brasileiras por categorias de uso e por setores poderá contribuir para o entendimento de seu comportamento no período analisado. Decompondo as importações de bens industriais por categorias de uso, evidencia-se a superioridade do crescimento do volume das importações com relação ao incremento da produção física em todas as categorias de uso desde o início de

2010 (Tabela 2). Vale ressaltar que também se verificaram taxas elevadas de crescimento das importações nos três primeiros trimestres de 2008, no período anterior à eclosão da crise internacional. Foram acompanhadas, no entanto, por um crescimento bastante firme da produção industrial, diferenciando-se do comportamento observado nos trimestres iniciais de 2011.

Tabela 2 - Indústria Brasileira: Evolução da Produção Física e do *Quantum* Importado por Categorias de Uso (variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – I/2008 a II/2011)

	Bens de capital		Bens intermediários		Bens de consumo duráveis		Bens de consumo não duráveis	
	Importações	Produção	Importações	Produção	Importações	Produção	Importações	Produção
I/2008	31,3	17,3	19,5	6,1	62,5	13,7	6,1	1,3
II/2008	36,1	19,2	25,1	4,4	60,4	14,1	17,6	1,9
III/2008	43,5	19,7	25,2	5,2	59,6	9,0	18,4	3,6
IV/2008	27,1	2,5	3,2	(9,2)	7,8	(19,4)	4,0	(1,2)
I/2009	0,1	(20,2)	(29,5)	(18,1)	(15,0)	(22,6)	6,4	(2,8)
II/2009	(12,5)	(25,5)	(34,2)	(13,5)	(13,8)	(16,3)	(4,2)	(3,3)
III/2009	(26,1)	(22,1)	(24,8)	(9,0)	(8,8)	(5,6)	(6,7)	(2,7)
IV/2009	(10,0)	(1,6)	(5,1)	6,7	37,6	25,0	6,2	2,4
I/2010	16,5	26,0	45,9	19,7	82,7	28,4	15,9	9,0
II/2010	37,1	33,3	54,1	15,2	59,5	14,0	31,0	6,4
III/2010	76,3	21,3	39,6	8,7	36,5	2,4	30,9	4,7
IV/2010	38,0	7,1	26,1	3,9	28,6	1,5	27,5	1,6
I/2011	27,1	8,6	10,6	1,9	36,1	5,1	18,7	0,7
II/2011	25,1	4,5	11,0	0,5	31,5	(1,0)	17,8	(0,3)

Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de dados da PIM-PF e FUNCEX.

No período de auge da crise (2009), notou-se que o volume das importações de bens intermediários e de bens de capital (em menor escala) apresentou contração significativamente maior do que a observada na produção física no mesmo período. O mesmo não ocorreu com os bens de consumo. No caso dos duráveis, a produção caiu mais do que o *quantum* das importações nos três primeiros trimestres de 2009, enquanto os bens não duráveis apresentaram reduções muito pequenas tanto de suas importações quanto de sua produção física.

Desde o início de 2010, as importações passaram a crescer mais aceleradamente do que a produção física em todas as categorias de uso (exceto para bens de capital no primeiro trimestre de 2010), quando se tornou mais evidente o

momento de recuperação econômica pós-crise e a moeda brasileira encontrava-se em trajetória de valorização. O movimento foi mais intenso para os bens de consumo duráveis e, em menor escala, para os bens de capital. Houve desaceleração tanto das importações (de forma mais acentuada) quanto da produção física de bens duráveis a partir da segunda metade de 2010. O hiato, contudo, continuou significativo. Vale ressaltar também o comportamento dos bens de consumo não duráveis, cujas importações mostraram crescimento significativamente maior em 2010 e em 2011 em relação ao movimento apresentado no período anterior à eclosão da crise, ao passo que sua produção física permaneceu praticamente estagnada desde o último trimestre de 2010.

Detalhando as importações de bens industriais por setores, confirma-se a superioridade do crescimento do volume das importações com relação ao incremento da produção física para quase todos os setores industriais no primeiro semestre de 2011 ante o mesmo período de 2010 (Tabela 3). Os setores que vêm sofrendo de forma mais intensa com a concorrência de produtos importados são aqueles intensivos em trabalho, como o têxtil, o de confecções, couro e calçados e o de mobiliário. Em tais setores, o elevado ritmo de crescimento do volume das importações contrasta com a contração da

produção física. Também, é possível observar que, em setores ligados aos bens de capital, como equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática, a expansão do volume das importações foi acompanhada pelo baixo crescimento ou mesmo retração da produção. Cabe destacar o mesmo movimento em alguns setores ligados aos bens de consumo duráveis, embora, nesse caso, a mais expressiva expansão de sua produção física no primeiro trimestre tenha influenciado o resultado relativamente bem positivo obtido no primeiro semestre de 2011.

Tabela 3 - Indústria Brasileira: Evolução da Produção Física e do *Quantum* Importado por Setor Industrial (variação acumulada no 1º semestre de 2010 e de 2011)

	1o. Semestre de 2010		1o. Semestre de 2011	
	Importações	Produção	Importações	Produção
Produtos alimentícios e bebidas	21,4	-	12,1	-
Alimentos	-	5,5	-	(1,3)
Bebidas	-	16,0	-	(4,6)
Fumo	-	(11,2)	-	7,0
Produtos têxteis	61,8	11,1	21,8	(12,6)
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	9,4	11,8	44,6	(0,9)
Preparação de couros seus artefatos e calçados	2,7	16,5	36,0	(7,3)
Produtos de madeira	4,3	16,9	22,1	0,8
Celulose, papel e produtos de papel	49,5	6,6	13,1	1,5
Coque, refino de petróleo e combustíveis	112,5	1,1	0,2	2,0
Produtos químicos	45,5	-	13,6	-
Farmacêutica	-	9,1	-	6,4
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-	4,5	-	(1,9)
Outros produtos químicos	-	18,3	-	(2,4)
Artigos de borracha e plástico	58,2	21,9	16,0	1,4
Produtos de minerais não metálicos	50,4	12,2	56,7	4,8
Metalurgia básica	71,5	31,9	(6,3)	1,1
Produtos de metal	36,6	36,0	38,3	3,0
Máquinas e equipamentos	31,0	41,9	33,4	2,0
Máquinas para escritório e de informática	52,2	29,7	15,8	(0,8)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	41,4	16,4	24,6	0,5
Material eletrônico e de comunicações	57,7	22,5	10,4	4,8
Equipamentos médico-hospitalares	46,3	11,8	(10,5)	20,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	74,4	32,2	18,8	6,2
Outros equipamentos de transporte	(2,0)	(6,7)	22,5	12,4
Móveis e indústrias diversas	38,8	-	26,7	-
Mobiliário	-	18,6	-	0,6
Diversos	-	20,5	-	8,2

Fonte: Elaboração NEIT/IE/Unicamp a partir de dados da PIM-PF e FUNCEX.

O movimento aqui descrito em que a demanda potencializada pelo crescimento econômico direciona-se a produtos importados, com fundamental contribuição do câmbio valorizado, apresenta sérios riscos para a expansão futura da indústria. A perda de dinamismo da indústria poderá resultar em um círculo vicioso em que a crescente ocupação da demanda por produtos importados significará menor ímpeto para realizar os investimentos necessários à expansão de capacidade e aumentos de produtividade. Ademais, poderá estimular estratégias de aumento do conteúdo importado da produção como forma de elevar a eficiência produtiva, ou mesmo, em alguns casos, o abandono da atividade industrial e a regressão às atividades de comercialização. Com esse movimento, o setor industrial terá enfraquecida sua capacidade de gerar encaixamentos com outras atividades.

Deve-se destacar, portanto, que o *timing* do lançamento do Programa Brasil Maior foi acertado. Da mesma maneira, a preocupação do Programa com a defesa do mercado interno é um elemento importante e correto em um momento quando se vislumbra um cenário de concorrência internacional acirrado ainda por longo período. A desoneração da folha de pagamento em setores intensivos em trabalho, a preferência do poder de compra governamental para produtos e serviços nacionais e as medidas de defesa comercial poderão direcionar a demanda doméstica de maneira mais efetiva para a produção da indústria nacional. Somadas às medidas de incentivo ao investimento e à inovação, terão impactos importantes para o desempenho futuro da indústria e do próprio desenvolvimento econômico brasileiro de longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). **Coeficientes de Exportação e Importação** - Resultados do 2º trimestre de 2011.

Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contas Nacionais**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Mensal do Comércio**.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). **Carta IEDI**, n. 463. O Déficit de Produtos Industriais no Início de 2011.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). **Estatísticas de Comércio Exterior**. Vários anos.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer**. Plano 2011/2014. Plano de Inovação do Brasil (PIB). Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2011.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Vários anos.

Projeto Gráfico
Marina Proni

Tradução / Diagramação
Vernaculum Comunicações Internacionais

Projeto da capa
Marcos Barros

